

Capítulo III

3 – Fundamentos teóricos e conceptuais:

- 3.1 - Turismo e lazer: conceitos indissociáveis;
- 3.2 - Turista, Excursionista;
- 3.3 – Estrutura e dinâmica da população portuguesa;
- 3.4 – Terceira idade, envelhecimento e reforma;
- 3.5 – Os novos paradigmas do envelhecimento;
- 3.6 – Regalias sociais na terceira idade;
- 3.7 – Direitos dos idosos;
- 3.8 - Turismo Sénior e Turismo Social;
- 3.9 - Perfil do turista sénior.

3 – Fundamentos teóricos e conceptuais

3.1 – Turismo e Lazer: conceitos indissociáveis

Para que se possam tecer teorias acerca do fenómeno turístico, é extremamente relevante enquadrá-lo no conceito mais vasto do lazer. Embora se tratem de conceitos apresentados em escalas de análise distintas, e embora muitas vezes sejam entendidos como realidades antagónicas, é importante referir que ambos possuem características identitárias que os aproximam.

Actualmente o lazer assume um papel primordial, para quem pretende atingir uma melhoria na sua qualidade de vida.

Lícinio Cunha (2007) citando Joffre Dumazdier refere que o lazer:

“É a actividade à qual as pessoas se entregam livremente, fora das suas necessidades e obrigações profissionais, familiares e sociais, para se descontraír, divertir, aumentar os seus conhecimentos e a sua espontânea participação social, livre exercício e capacidade criativa” (Cunha 2007: 13).

Assim sendo, depreende-se que o lazer é o tempo de que cada pessoa dispõe, após as suas actividades profissionais, escolares e sociais, instituídas como actividades obrigatórias no quotidiano de cada um.

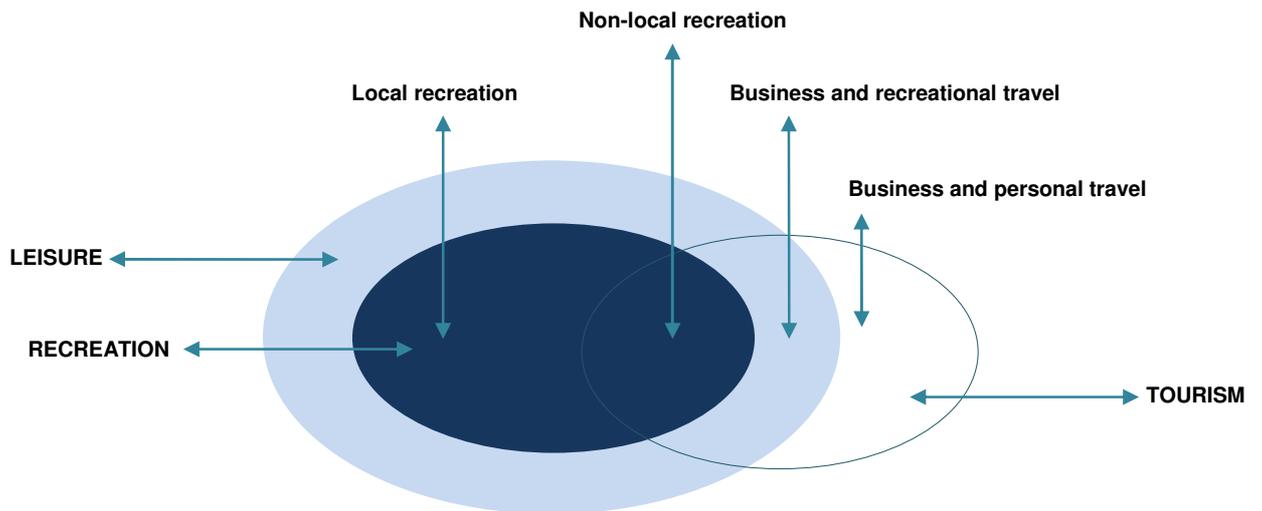
De acordo com esta teorização, pode estabelecer-se a definição de “turismo de lazer”, que corresponde às formas de turismo que não implicam uma obrigação, como é o caso de viagens de âmbito profissional, de saúde ou religioso. Deste modo é possível estabelecer um vínculo relacional, entre os dois conceitos.

Na sua tese de doutoramento Carlos Cardoso Ferreira (2004) citando Stephen Williams refere algumas matérias, que são comuns aos conceitos supramencionados, que vão desde os aspectos motivacionais, aos benefícios consequentes das actividades de lazer ou turísticas, fazendo referência aos factores que desencadeiam ou estimulam a participação.

O mesmo autor apresentou um modelo gráfico, concebido por Mieczkowski em 1981, que representa o campo analítico de sobreposição

dos conceitos de lazer e turismo, no qual é possível visualizar numa lógica relacional e de inclusão-exclusão, o surgimento dos conceitos de recreação e turismo, face ao domínio de inserção, o lazer.

Figura 4 – Relação entre lazer, recreação e turismo



Fonte: Carlos Cardoso Ferreira (2004: 40)

Procedendo a uma análise simplificada deste modelo, verifica-se que uma parte expressiva do que se entende como actividades turísticas, está incluída no conceito de lazer, excluindo-se desta forma as deslocações inerentes à actividade profissional ou de cunho pessoal.

Seguindo ainda o raciocínio de Carlos Cardoso Ferreira (2004), poderá afirmar-se que a concepção de lazer, assim como a atitude dos indivíduos e das sociedades onde estão inseridos para com os mesmos, têm sido alvo de alterações significativas, criando antagonismos com repercussões nas constantes abordagens das questões que se prendem com a velhice e a reforma.

Na época clássica o lazer era encarado de uma forma privilegiada. Todos os indivíduos procuravam ter acesso a esta condição, pois o lazer sobrepunha-se às necessidades e obrigações laborais.

Era comum ao pensamento grego e romano interpretar o lazer como uma oposição entre o ócio (otium) e o trabalho (ascholia).

Por esta altura a velhice era percebida como a consumação de um estatuto, atribuído a todos aqueles cuja vida era pautada pela liberdade de não necessitar de trabalhar. Correspondia ao descanso recompensador de quem já não tinha uma vida activa.

Chegada a Idade Média, adveio também a alteração deste estatuto, que se prendeu com a consolidação de uma ideologia burguesa. O trabalho passou a ser considerado como o centro da organização da vida social, sendo que deveria ser encarado como o intento a que todos os indivíduos deveriam aspirar.

Dada a alteração social verificada, a velhice passou a ser uma etapa da vida desprovida de qualquer sentido, uma vez que reflectia a perda da função produtiva e o lazer intrínseco a esta começou a ser depreciado.

No decorrer do século XVIII, com a ascensão do novo modelo económico capitalista, alicerçado nas profundas alterações intrínsecas ao modo de produção industrial, o trabalho assume uma evidente primazia, passando o ócio a ser encarado negativamente. Estes ideais mantiveram-se contínuos durante todo o século XIX e parte do século XX.

Conclui-se que o lazer foi secundarizado face ao trabalho, no desenrolar de todo o processo tecnológico, que pautou a Revolução Industrial.

Caracterizados pela sua pós-actividade, os seniores integrados neste modelo de sociedade industrial, foram o grupo social mais prejudicado, tendo sido até muitas vezes marginalizados, dada a consciência social que era completamente desvantajosa e desincentivadora da prática do lazer.

Somente no decorrer da década de 50 do século XX, é que se verificou uma mudança de mentalidades, que esteve na origem de uma alteração das prioridades individuais, sendo o tempo livre sobreposto ao tempo de trabalho.

No que se refere à análise dos comportamentos de lazer/turísticos da população sénior, destaca-se o contributo teórico que no ano de 1972, Riley, Johnson e Foner, citados por Carlos Ferreira (2004) prestaram ao procederem à formulação da teoria da estratificação etária, segundo a qual:

“(...) O modo de vida dos indivíduos idosos é o resultado de dois processos concomitantes e interdependentes: a sucessão geracional (cohort flow) e o envelhecimento individual (ageing)” (Ferreira 2004: 41).

Relativamente ao já citado envelhecimento individual este determina, segundo os mesmos autores, o nível de sociabilização para o qual os indivíduos estão preparados e a que podem aspirar em cada etapa etária, em virtude da influência conjugada de processos biológicos, psicológicos e sociais, intrínsecos a todo o processo de envelhecimento.

De um modo geral, os estudos concernentes à ocupação do tempo de lazer da população idosa indicam uma preferência pelos lazeres domésticos, em comparação com as opções da generalidade da população. Esta assume-se como uma característica dominante deste extracto etário, a qual sai reforçada com o avançar da idade, constituindo-se como uma progressiva “domiciliação” do lazer. Os seniores tendem a circunscrever o seu quotidiano ao local de residência, ou num espaço mais amplo que envolve as imediações da mesma, sendo que as suas deslocações se tornam rotineiras. Muitas vezes é neste curto espaço que a população idosa consome todo o seu tempo de lazer disponível.

Os seniores têm tendência a criar um conjunto de actividades, que raramente ultrapassam as fronteiras desse pequeno território por eles estabelecido. Definem actividades de lazer de interior e de exterior. Sendo que às primeiras estão agregadas: a televisão, as tarefas domésticas, os cuidados pessoais, a leitura, ou até mesmo o repouso. Às segundas estão associadas: a sociabilização com membros da sua comunidade, o passeio e a participação nalgumas funções associativas, ocupando o turismo uma proporção reduzida do tempo livre disponível da população sénior.

Carlos Ferreira (2004) refere ainda que tal facto se deve à gradual perda de autonomia por parte da população idosa, ou seja, à redução das capacidades psico-motoras, à diminuição dos contactos sociais e a um crescente desajustamento entre os ritmos e os modos de vida individual e colectivo, que lhes provoca alguma insegurança.

3.2 – Turista, Excursionista

Ao longo dos tempos o homem teve sempre necessidade de se deslocar de uns locais para outros, mas como o fazia de uma forma espontânea, nunca houve necessidade de atribuir um nome específico a estas movimentações. A necessidade de identificar o indivíduo que se deslocava só surgiu quando o mesmo se tornou sedentário, assumindo uma postura de territorialidade e de fronteira. A partir daí passou a ser designado de hóspede (*hospites* em latim e *xénos* em grego), viajante, viandante ou forasteiro.

As expressões supramencionadas mantiveram-se inalteráveis durante séculos. Designavam qualquer pessoa que se deslocasse de forma pacífica, não sendo relevantes as suas motivações.

Como afirma Licínio Cunha (2007), quando estas deslocações, começaram a ser efectuadas por questões de prazer, de cultura ou repouso e alcançaram uma certa regularidade, originando desta forma actividades económicas, é que se considerou necessário recorrer à utilização de uma expressão própria, ou seja, turista.

Inúmeros autores referem que não se conhece o momento exacto da conceptualização deste termo, mas seguindo as palavras de Carlos Ferreira (2004) deduz-se que a primeira definição oficial se reporta ao ano de 1937, no âmbito da Comissão Económica da Sociedade das Nações, onde se designou como turista:

“Toda a pessoa que viaje por uma duração de 24 horas, ou mais, para um país diferente da sua residência” (Ferreira, 2004: 46).

Verificam-se algumas insuficiências nesta definição, quando se enumeram um conjunto de excepções nela contidas, nomeadamente: deslocações laborais, mudança de país de residência, estudantes, pessoas em trânsito, etc.

Como não poderia deixar de ser, novas concepções surgiram por parte das mais diversas organizações internacionais, como foi o caso da Organização Mundial de Turismo (OMT) e Organização das Nações Unidas

(ONU), com o intuito de aperfeiçoar e adequar o conceito dada a realidade complexa onde este se enquadrava.

Com o intuito de uniformizar o conceito, em 1953, a Comissão de Estatísticas da ONU estabeleceu a conceptualização de “visitante internacional”. Por sua vez a *Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais*, realizada em Roma, em 1963, introduziu o conceito de “visitante” para designar:

“Toda a pessoa que se desloca a um país diferente daquele em que possui a sua residência habitual, por qualquer razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada” (Cunha, 2007: 17).

De acordo com a Conferência já mencionada, esta definição passou a compreender dois grupos de visitantes:

- Os turistas – visitantes que permanecem pelo menos 24 horas no país que escolhem para visitar e cujas viagens se prendem com o lazer, ou seja, repouso, férias, saúde, estudo, religião e desporto ou com os negócios, a família, as missões e as reuniões.
- Os excursionistas – caracterizados por serem visitantes temporários, que permanecem menos de 24 horas no país de destino.

Durante largos anos a aplicabilidade desta definição estava apenas ligada ao turismo internacional, ou seja, um residente de Lisboa, que fosse passar as suas férias, por mais de 24 horas, às praias do sul de Espanha, era considerado turista, mas se o fizesse nas praias algarvias já não era considerado como tal.

Decorridos 20 anos, precisamente em 1983 a Organização Mundial de Turismo alargou o conceito, de forma a abranger o turismo nacional.

Seguindo Licínio Cunha (2007) em 1993, na sequência da conferência realizada em 1991, em Otava, de seu nome *Conferência Internacional sobre Viagens e Estatísticas de Turismo*, a Comissão de Estatísticas da ONU adoptou por recomendação da OMT, definições mais actuais e que foram aceites por todos os países e organizações internacionais.

Desta forma passaram a existir os seguintes conceitos:

- Visitante – são todos os indivíduos que se deslocam a um local situado fora do seu ambiente habitual, durante um período que não ultrapasse os 12 meses consecutivos e cujo motivo de visita seja outro, que não o exercício de uma actividade remunerada no local visitado;
- Turista – são todos os visitantes que passam pelo menos uma noite numa unidade de alojamento colectivo ou privado, no local visitado;
- Visitante do dia – conceito que surgiu de forma a substituir o termo “excursionista”, aplica-se a todos os visitantes que não pernoitam no local visitado.

Depreende-se das definições mais recentemente enunciadas, que o conceito subjacente à prática turística é constituído por três dimensões, que se revelam fundamentais:

“A dimensão “espaço”, consubstanciada por um lado, na diferenciação entre o local de residência habitual e o de destino turístico e, por outro, na deslocação que lhe está associada;

A dimensão “tempo”, que se traduz no estabelecer de limites mínimos e máximos à duração da estada no(s) destino(s) turístico(s);

Uma dimensão motivacional, que exclui da definição de turista todo o tipo de deslocações, que envolvam o exercício de actividades remuneradas” (Ferreira, 2004: 47).

Designar de entre aqueles que são considerados turistas todos aqueles que são seniores é outro conceito que necessita de uma definição, sendo que, numa primeira abordagem a correspondência imediata associada a este conceito é estabelecida através do critério etário, associado aos indivíduos em causa.

3.3 – Estrutura e dinâmica da população portuguesa

Segundo Ana Alexandre Fernandes (1997) para se proceder à análise do fenómeno do envelhecimento da população portuguesa, é necessário em primeiro lugar, reflectir sobre o que se entende, em demografia, por envelhecimento de uma população e quais são os métodos indicados para o avaliar.

Quando se pretende medir o nível e a evolução do envelhecimento de uma determinada população, o critério geralmente utilizado, é o da proporção de pessoas idosas com 60 ou 65 e mais anos.

Pode avaliar-se o envelhecimento relativamente aos efeitos da mortalidade, através da proporção de pessoas que ultrapassaram a idade em que a esperança média de vida, não é mais do que 10 ou 15 anos, ou ainda, através da idade média que caracteriza uma determinada população.

Na Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento realizada em 1982, na cidade de Viena, foi lançado um alerta por parte dos intervenientes, relativo ao problema do envelhecimento demográfico. Estes intervenientes afirmaram que o aumento dos efectivos de pessoas idosas é um fenómeno que atinge proporções de âmbito mundial. De acordo com projecções efectuadas, relativas à população mundial e apresentadas no mesmo encontro, no ano de 2025 uma pessoa em cada sete terá mais de 60 anos. Nos países mais desenvolvidos este facto será agravado pelo prolongamento da esperança de vida que acentua o envelhecimento, isto é, para além de nessa altura o número de pessoas idosas aumentar exponencialmente, aumentará também o número dos muito velhos, ou seja, irá registar-se um aumento da fatia dos idosos que estão acima dos 80 anos.

No que se refere ao caso português, na actualidade verifica-se um aumento significativamente lento da população, ainda que no contexto europeu o nosso país apresente taxas de crescimento superiores a muitos outros países da Europa do Norte e da Europa Ocidental.

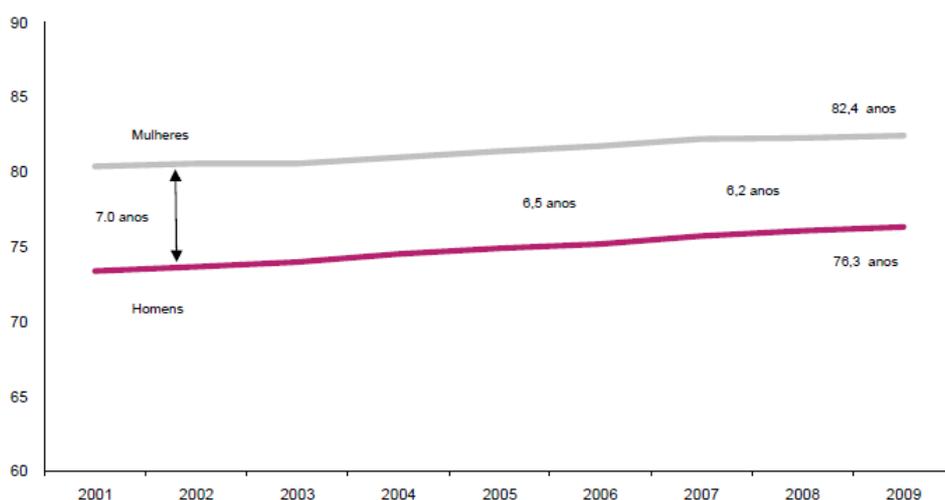
Agregado ao envelhecimento demográfico está o aumento da esperança média de vida, que se constitui como um factor relevante na demografia portuguesa.

Entre os anos de 2000 e 2009 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 2,9 anos para os homens e 2,1 anos para as mulheres e situou-se em 76,3 e 82,4 anos respectivamente, valores que ultrapassam as médias europeias.

O ritmo de crescimento da longevidade à nascença, no período em análise, registou-se mais rápido entre os homens (1,4% à nascença), do que entre as mulheres (1,3% à nascença), tornando-se mais rápido com a idade, sobretudo a partir dos cinquenta anos de idade, cujo aumento foi de 5,6% para os homens, mais do que nas mulheres e atingiu a variação máxima aos 80 anos, com 15,8% e 13,8%, respectivamente para homens e mulheres, provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina, à semelhança do verificado em outros países.

A evolução do indicador – Esperança de Vida à nascença– poderá ser verificada na figura apresentada seguidamente:

Figura 5 – Esperança média de vida à nascença (anos), Portugal, 2001-2009



Fonte: Instituto Nacional de Estatística - A Situação Demográfica Recente em Portugal (www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui)

Actualmente estima-se que os homens que atinjam a faixa etária dos 50 anos vivam ainda mais 29,0 anos, enquanto que as mulheres que alcancem a mesma idade, poderão viver mais 33,9 anos. No que diz respeito à faixa etária seguinte, os homens que atinjam os 60 anos de idade poderão viver mais 20,8 anos e as mulheres que alcancem a mesma idade poderão ver a sua esperança de vida aumentada para 24,8 anos.

Uma vez analisado o panorama demográfico nacional é importante abordar o cenário demográfico alentejano, visto que é sobre esta região que incide o estudo de caso desta investigação.

Segundo Maria Filomena Mendes (2008) o Alentejo no início do século XXI ficou caracterizado por fragilidades demográficas, que tiveram origem no registo de uma fecundidade baixa, durante um período temporal muito extenso, conjugada com uma mortalidade igualmente reduzida. Sendo ainda que as migrações também contribuíram para o agravamento desta situação.

Esta região foi no contexto nacional uma das primeiras onde se iniciou o processo de declínio da fecundidade, o que originou uma diminuição gradual no número de nascimentos registados provocando o défice actual.

No que diz respeito ao processo de envelhecimento na região, estima-se que este tenha tido início há algumas décadas atrás. A constatação óbvia de que o número de idosos tem vindo a aumentar e a tornar-se cada vez mais elevado, não só a nível absoluto, mas também em termos relativos é normalmente atribuída e explicada com base no aumento do número de anos vividos em média pela população e pela sua maior longevidade.

Há 50 anos atrás uma criança do sexo feminino que nascesse no Alentejo poderia esperar viver cerca de 63 anos, enquanto que se fosse do sexo oposto não chegaria aos 60 anos.

Actualmente uma criança do sexo feminino que nasça nesta região poderá viver até aos 80 anos, caso seja do sexo masculino poderá ultrapassar os 73 anos de idade.

Estes dados encontram-se simplificados no quadro apresentado na página seguinte:

Quadro 2 – Evolução da esperança de vida à nascença, no Alentejo, entre 1950 e 2001

Esperança de vida à nascença	1950	2001
Mulheres	62,9	80,7
Homens	59,2	73,8

Fonte: *Novos Cenários de Desenvolvimento do Alentejo* (Mendes, 2008: 54)

É visível a diferença entre os sexos no que respeita à duração média de vida, sendo que nos dois períodos enunciados as mulheres são claramente favorecidas. Esta disparidade acentuou-se mais recentemente.

A mesma autora revela que contemporaneamente os indivíduos que conseguirem sobreviver até aos 65 ou mais anos, poderão esperar viver um maior número de anos, de acordo com o modelo de mortalidade por idades, verificado no início do século XXI. É inevitável que as probabilidades de morte se acentuem à medida que os indivíduos se vão tornando cada vez mais idosos. Constata-se que as mulheres pertencentes a esta faixa etária possuem uma esperança média de vida de 19,1 anos, podendo viver até aos 84 anos. Por outro lado os homens possuem uma esperança média de vida de 15,9 anos podendo viver até aos 81 anos.

A tendência enunciada contraria a já verificada há 50 anos atrás, onde as expectativas de duração média de vida eram de 14,4 e de 12,6 anos para mulheres e homens respectivamente.

Estes dados poderão ser verificados no quadro que se segue:

Quadro 3 – Evolução da esperança de vida aos 65 anos de idade, no Alentejo, entre 1950 e 2001

Esperança de vida aos 65 anos	1950	2001
Mulheres	14,4	19,1
Homens	12,6	15,9

Fonte: Novos Cenários de Desenvolvimento do Alentejo (Mendes, 2008: 55)

O prolongamento do número de anos de vida por parte da população idosa conduziu ao aumento significativo da proporção do número de residentes com idades superiores a 80 anos, logo a um aumento significativo da longevidade da população alentejana.

Com base nos dados apresentados conclui-se que na origem do alargamento do potencial turístico sénior, estão as transformações verificadas nas estruturas demográficas nos últimos 50 anos. A evolução conjugada do aumento da esperança média de vida, através da redução dos níveis de mortalidade e de natalidade conduziu a um acentuado crescimento do envelhecimento.

Os factores de ordem demográfica são fundamentais para a afirmação e reforço de processos turísticos desencadeados pela população idosa, embora a presença da população sénior corresponda somente à “matéria-prima”, que sem qualquer outro apelativo, apenas se constitui como um conjunto de potenciais turistas.

3.4 – Terceira Idade, Envelhecimento e Reforma

No seguimento do supramencionado é comum aceitar que são seniores, todos os indivíduos que já ultrapassaram um limiar de idade, tal e qual como se aplica para os conceitos de idoso, quando nos referimos ao plano individual, ou de terceira idade, quando se generaliza e nos referimos a um grupo.

É importante perceber que diferenciar os seniores tendo como base a sua idade, seria uma opção extremamente redutora e simplista, uma vez que emergem vários factores sobretudo e no âmbito do trabalho em curso, quando se aborda este universo populacional na óptica do seu interesse para o fenómeno turístico.

Para além da idade cronológica é extremamente relevante posicionar os indivíduos relativamente ao seu ciclo de vida e ciclo produtivo, para que se percepcione a sua disponibilidade de tempo, as suas condições e motivações para o desenvolvimento da prática turística.

Aos seniores é atribuído um perfil individual que para o turismo comporta um conjunto de requisitos, que se prendem com a idade, com a situação perante o trabalho e a família e que só se consegue materializar, adoptando uma abordagem caracterizada pela multiplicidade de critérios.

A problemática inerente à objectivação do conceito de sénior, está presente na dificuldade em classificar os próprios critérios de partida.

Ainda não foi possível chegar a um consenso relativamente à idade cronológica, que define um determinado individuo como sénior.

Os que seguem as convenções estatísticas referem os 65 anos de idade. Na leitura de algumas organizações e estados são estabelecidos os 60 anos. Outros referem os 55 ou até mesmo os 50 anos, de forma a convergir a variável idade com as novas condições laborais, criadas pela antecipação das reformas ou pela segmentação etária feita pela indústria turística.

Conclui-se que não há uma idade limiar que reúna consensos, existe sim um intervalo etário que se situa entre os 50 e os 65 anos. Esta e outras

questões reflectem a subjectividade associada a este segmento populacional, sendo que sénior terá sempre um significado pouco preciso.

Neste estudo a idade sénior segue duas premissas fundamentais:

- A idade cronológica própria de uma etapa pós-adulta e pós-activa;
- A situação de reforma laboral, que se traduz como uma aquisição de tempo livre disponível, que poderá ser utilizado para a prática de actividades turísticas.

Relativamente ao limiar etário utilizado como critério de estudo para esta investigação, será o dos 55 anos de idade.

Surgem inúmeras divergências quando se pretende traçar um perfil padrão do indivíduo sénior, que se constituem como significativas e abrangem aspectos variados, nomeadamente, condição física e psíquica, posição relativa ao ciclo produtivo, atitude e postura individual, assim como a postura em sociedade.

Desta forma também os critérios usuais de definição da população alvo, deixaram de ser determinantes, como é o caso da idade ou da situação na profissão.

Não seria aceitável abordar conceitos como, Sénior, Idoso ou Terceira Idade, sem referenciar o conceito de Envelhecimento.

No que concerne ao estudo sobre a problemática do envelhecimento, segundo José Ramalho Ilhéu (2007), começou a ser aprofundado com o aumento absoluto das pessoas idosas, a que se juntaram as transformações sociais e no seio familiar.

Devido ao desenvolvimento industrial e à crescente concentração urbana, observou-se uma clara separação geográfica, ao nível geracional, onde as pessoas idosas deixaram de ter lugar.

Esta problemática torna-se também relevante devido às diversas e muitas vezes pouco clarificadas consequências, que poderão ser:

- Ao nível sociológico, onde são verificadas alterações nas relações sociais, na ocupação dos tempos livres, no estatuto social, nos modelos culturais;
- Ao nível demográfico, ao qual são inerentes o aumento da população idosa em termos absolutos e relativos;

- Ao nível económico, uma vez que terá de haver uma manutenção de um colectivo inactivo, que irá provocar um aumento nas despesas de saúde e segurança social;
- Ao nível político que se prende com o poder do voto.

Todas estas consequências surgem no sentido em que a sociedade se constitui como impreparada para esta problemática e para as suas consequências. Desta forma é importante não só ganhar visibilidade através do elevado número de pessoas idosas, como também adquirir consciência social.

Actualmente regista-se um aumento significativo do interesse da ciência e da política, por esta problemática. Também a opinião pública incentivada pela comunicação social, começa a tomar consciência e a sensibilizar-se cada vez mais face a este problema.

O tema Envelhecimento nem sempre é abordado numa perspectiva de futuro, pois este processo representa uma carga social bastante avultada e a *“ruptura de antigas formas de solidariedade familiar, para se transformar numa forma de solidariedade formal, apoiada e legitimada pelo Estado”* (Ilhéu, 2007: 11).

Não só a opinião pública como também os interessados e as suas famílias começam a ter uma atitude activa, perante a resolução de problemas. A mudança de atitude representa uma viragem face à imagem negativa, para se transformar numa imagem positiva, que assenta sobretudo no desenvolvimento da auto-estima dos mais velhos, colocando de parte os estereótipos negativos erguidos em redor da velhice.

Começam a surgir novos comportamentos e atitudes representativas de que os idosos pretendem contribuir para que a sua velhice não seja marcada somente por perdas, mas que se caracterize pela aquisição de muitos ganhos e de um crescimento consciente.

Feita uma abordagem ao termo Envelhecimento, é importante aportar a sua conceptualização, uma vez que se constitui como um conceito central de qualquer tema cujo universo sejam os idosos.

Quando se pretende adjectivar o termo envelhecimento surgem objectos de estudo bastante divergentes, pois poderemos estar perante um

envelhecimento social, demográfico e individual. Todos se constituem como contributos importantes desta realidade.

Relativamente ao envelhecimento social, corresponde a um processo de gradual alteração de desempenhos, estejam estes relacionados com a esfera produtiva, familiar ou comunitária.

No caso do envelhecimento demográfico, relacionado com o estudo do envelhecimento das populações é apreendido:

“(...) Enquanto fenómeno resultante do aumento da proporção de pessoas com mais de 60 ou 65 anos de idade e pelo alongamento das suas vidas para além do período de actividade e da diminuição da proporção de pessoas com menos de 15 ou 19 anos de idade (...)” (Fernandes, 1997: 5).

No que se refere ao envelhecimento no plano individual este assume uma natureza biológica e psicológica e corresponde a um processo lento e progressivo, caracterizado por:

“(...) Uma hipofuncionalidade somática que atinge a estrutura do organismo com reflexos na qualidade de funcionamento do ser vivo. Do ponto de vista biológico, o envelhecimento humano é um processo gradual e lento de perdas de capacidades biológicas e psicológicas com consequências que variam de indivíduo para indivíduo e de meio para meio.

(...)

O envelhecimento biológico é um processo que se constrói desde o nascimento, de forma progressiva e gradual, mas que, a partir de certa idade cronológica (aproximadamente pelos 75 anos), tende a desenvolver-se de uma forma mais acentuada” (Ilhéu, 2007: 23).

O autor acima citado refere ainda, que o processo de envelhecimento individual é um processo heterogéneo e que o seu estudo passa pelas características individuais e sociais de cada indivíduo e do meio envolvente.

Para além da idade cronológica e de outros conceitos mencionados, outro dos critérios que poderá definir a entrada na idade idosa é a reforma, embora cada vez mais se verifiquem casos de indivíduos reformados em

idades cada vez mais extemporâneas, evidenciando uma dinâmica social e económica de antecipação da idade de reforma.

Segundo a autora Ana Alexandre Fernandes (1997), citando Anne-Marie Guillemard, atribui à reforma uma dupla significação. Por um lado refere que representa o afastamento do circuito de produção, em que o indivíduo estava envolvido. Por outro lado esse afastamento oferece a contrapartida do direito a um repouso remunerado.

A reforma que deveria ser um processo voluntário, muitas das vezes não é encarada como tal, sendo que existem vários factores que suscitam algumas dúvidas quanto à natureza voluntária da transição para a reforma.

Referindo Carlos Cardoso Ferreira (2004) são utilizadas inúmeras medidas, que impelem essa decisão:

- Compensações financeiras, oferecidas pelo Estado;
- Pagamentos de indemnizações, efectuados pelas entidades empregadoras;
- Redução salarial no final da vida activa;
- Inúmeras limitações registadas ao nível do número de anos para o exercício de uma profissão.

Todos estes factores condicionam uma decisão pessoal que à partida deveria ser tomada sem causar constrangimentos, acerca do momento certo para passar à condição de reformado.

Conclui-se, seguindo José Ramalho Ilhéu (2007) que quando a reforma é adquirida de uma forma voluntária, potencia uma reacção positiva e uma velhice de sucesso. Caso contrário se a reforma for obrigatória, por exemplo no caso de um determinado indivíduo ter atingido o limite de idade, potenciará o inverso, ou seja, descontentamento pessoal e possivelmente uma velhice de insucesso.

Em qualquer um dos casos e no seguimento do que já foi referido anteriormente, a reforma laboral constitui-se sempre como uma aquisição de tempo livre, sendo que o mesmo poderá ser aproveitado para a prática de actividades de lazer, onde está incluída a prática turística.

3.5 – Os novos paradigmas do envelhecimento

No seguimento da matéria acima abordada Carlos Ferreira (2004) refere, que para além do que constitui por si só o processo de envelhecimento, ao qual estão intrínsecas as suas dinâmicas e ritmos distintos no tempo e no espaço e, conseqüentemente, com repercussões distintas nas diferentes estruturas demográficas, é também de extrema relevância analisar a composição e as características de todo este processo.

As sucessivas gerações de idosos possuem um perfil demográfico, social e comportamental, inevitavelmente diferente das gerações precedentes.

Tudo leva a querer que com as sucessivas alterações, que têm marcado as sociedades contemporâneas, estas “novas” gerações de idosos que se configuram para as próximas décadas, venham a incutir a este segmento, uma dinâmica de mudança mais acentuada.

Se por um lado na segunda metade do século XX, a história da demografia europeia ficou marcada pela afirmação do processo de envelhecimento, o século XXI ficará indubitavelmente associado às questões fulcrais que se prendem com o significado, o perfil e o protagonismo verificados numa população idosa em profundas transformações.

O mesmo autor considera que o facto de se encarar o envelhecimento, como um elemento-chave que permita percepcionar o fenómeno do turismo sénior, deverá ser acompanhado de uma leitura pormenorizada da sua configuração interna conferindo informações relevantes sobre os procedimentos, os recursos e as estratégias a utilizar, nas diferentes realidades que distinguem esta propensão demográfica.

Alguns estudos já realizados cujo núcleo é a população idosa reúnem consensos relativamente à necessidade de considerar este grupo etário, como uma unidade de natureza heterogénea, não só devido à amplitude crescente da idade cronológica, caracterizada por diferenças cada vez mais significativas entre os chamados “jovens idosos” (Terceira Idade) e os

“muito idosos” (Quarta Idade), mas também como resultado de combinações díspares entre factores de ordem económica e social.

Carlos Ferreira (2004) refere ainda que ao processo de envelhecimento está associada uma definição genérica, composta por alguns elementos distintivos que o caracterizam. No seguimento do referido anteriormente, geralmente envelhecer é adjectivar uma relação entre um grupo etário abrangente, inserindo-o numa determinada população. No entanto todo este processo é inerente àquele grupo etário, sendo que o envelhecimento constitui uma característica recente no seio da população idosa, que irá consolidar-se e ganhar expressividade no quadro da demografia dos países mais desenvolvidos. Aliás ao considerar-se que as diferentes realidades nacionais/regionais concedem alguma diversidade à evolução do fenómeno do envelhecimento demográfico, verifica-se que uma das suas componentes que se revela mais consistente e transversal refere-se exactamente ao acentuar do envelhecimento, no interior do próprio conjunto da população idosa.

No que concerne ao aumento absoluto e relativo deste estrato etário, considera-se que este é geograficamente uniforme relativamente à tendência geral. Onde se detectam maiores diferenças a nível nacional é no subconjunto dos “muito idosos”, onde as projecções se revelam consensuais, o que lhes confere um acréscimo mais diferenciado de que resultará um gradual protagonismo no contexto do efectivo total de idosos. Este subconjunto será tanto mais representativo, quão mais significativos forem os processos na redução da mortalidade em idades mais avançadas, facto que se tem vindo a confirmar nos anos anteriores.

Tecendo uma análise retrospectiva tem-se vindo a observar que a população com mais de 80 anos tem vindo a aumentar o seu peso relativo nas estruturas demográficas, acompanhando deste modo o sentido de evolução verificado, para a população idosa em geral.

Actualmente verifica-se em muitos países europeus, incluindo Portugal, uma crescente proporção de idosos com idades bastante avançadas, em que a variável percentual da faixa etária acima dos 80 anos é,

invariavelmente superior ao valor global obtido para o conjunto da população idosa.

Tal como já foi analisado anteriormente, assiste-se cada vez mais a uma incidência diferenciada da mortalidade segundo o género, o que tem vindo a reforçar a feminização crescente do processo de envelhecimento. Tal facto traduz-se num aumento da proporção de mulheres idosas a viverem sozinhas, devido à morte do seu cônjuge.

Existindo um diferencial de tempo de vida, que favorece a população feminina e uma vez que as mulheres por norma se casam com homens mais velhos, é expectável que a generalidade tenha reservado um período da sua velhice vivida em situação de viuvez, que muitas vezes é caracterizada pelo isolamento familiar e social.

Relativamente a este isolamento, Carlos Ferreira refere o seguinte:

“(...) Caracteriza cada vez mais o envelhecimento nas sociedades modernas (...) e que decorre das mais recentes transformações nas estruturas demográfica e familiar, constitui um elemento potenciado, não apenas pelas consequências naturais associadas à morte do cônjuge (...) mas para a qual concorrem igualmente factores como o aumento do número de agregados monoparentais ou a separação geográfica das relações de parentesco/amizade (...)” (Ferreira, 2004: 92-93).

O mesmo autor refere que este isolamento sociofamiliar que caracteriza um número crescente de idosos é um aspecto relevante no processo de envelhecimento, ao qual todos os responsáveis políticos, institucionais e privados deveriam estar atentos e equacionar na tomada de decisões actuais e futuras, pois levantam-se questões e desafios que necessitam de uma abordagem diferenciada da que na perspectiva social, psicológica e económica é efectuada para o conjunto da população desta faixa etária. Estas situações são muitas vezes acompanhadas de dificuldades, que se revelam ao nível das disponibilidades financeiras, mas também ao nível das carências que surgem em termos de integração e acompanhamento na comunidade.

O crescimento muito rápido da esperança de vida que se operou a partir da década de 50 do século XX significou não só mais, mas também melhor

tempo de vida, permitindo uma melhoria dos níveis de saúde, bem-estar e mobilidade. Esta ampliação da longevidade humana transformou a população idosa num conjunto cada vez mais caracterizado pela heterogeneidade, com contrastes evidentes entre os já referidos “jovens idosos” e os “mais idosos”, designadamente no que se refere aos níveis de mobilidade, dependência funcional e autonomia financeira.

Visto isto poderá assistir-se a um crescente aumento do número de idosos caracterizados pelas limitações de saúde, um factor que lhes irá condicionar a mobilidade geral, incluindo a mobilidade para fins turísticos.

Esta perda de mobilidade tem tendência a acentuar-se no cenário demográfico futuro. Neste sentido a indústria turística terá de actuar gradualmente no que concerne à participação de indivíduos com deficiência ou fragilidades a vários níveis, tendo que adoptar medidas que visem a integração e satisfação desta clientela. Deve ser tido em conta o potencial turístico que está agregado aos indivíduos dependentes, que em muitos casos se deslocam com acompanhante.

Um outro aspecto que deve ser considerado, que também se prende com as alterações demográficas supramencionadas e que contribuirá para o desenvolvimento do turismo na terceira idade, está relacionado com a desagregação da instituição familiar, ou seja, os idosos possuem mais autonomia para realizar viagens sem qualquer tipo de limitação de ordem familiar.

A gradual separação entre as gerações, intimamente ligada à fecundidade tardia, reduz o grau de responsabilização e de comprometimento entre avós, pais e filhos, proporcionando desta forma maior liberdade aos idosos.

3.6 – Regalias sociais na terceira idade

Ao mesmo tempo que os idosos iam sendo, gradualmente, marginalizados do ciclo produtivo e da esfera social, nas sociedades contemporâneas e industrializadas, foram surgindo alguns mecanismos de reacção cujo principal objectivo era a valorização da condição de idoso.

Segundo Carlos Ferreira (2004) estes mecanismos tiveram como base a consciencialização, o estabelecimento de valores intrínsecos à solidariedade e à justiça e o relevante interesse económico, sendo que foram atribuídas aos idosos regalias de igualdade em domínios tão dissemelhantes como a fiscalidade, o acesso a bens e serviços, benefícios sociais, etc.

Esta aquisição de novos e/ou acrescidos direitos, reverte a favor de uma melhoria da condição financeira dos seniores, um dos grupos sociais mais vulneráveis.

No que se refere a benefícios fiscais verifica-se a redução de algumas taxas, deduções específicas ou bonificações, proporcionando a este grupo social, a obtenção de ganhos face à restante população.

Segundo o mesmo autor, no que diz respeito a bens e serviços, onde estão incluídos o lazer e o turismo, a população idosa foi adquirindo regalias, quer ao nível dos custos desses bens e serviços, através do acesso a cartões de desconto direccionados para a terceira idade, quer ao nível do modo de pagamento, uma vez que lhes são conferidas facilidades de crédito.

Em termos sociais também são notórios os direitos e benefícios atribuídos aos mais velhos, que incidem directamente sobre o rendimento em articulação com as práticas de lazer e turismo, através da criação de programas promotores da mobilidade turística e de descontos em transportes públicos.

Apesar dos já verificados privilégios sociais atribuídos à população sénior, é possível aferir, tendo como base os fracos rendimentos da população idosa portuguesa, abordados no decorrer deste capítulo, que em

termos genéricos estas regalias sociais que englobam diversas vertentes, não estão ao alcance de todo o segmento sénior.

3.7 – Direitos dos idosos

Como consequência do impacto e diversidade das alterações produzidas no seio da população sénior, começa cada vez mais a emergir uma demarcação progressiva, entre dois conceitos considerados antagónicos pelas suas características: Terceira e Quarta Idade.

Ferreira (2004) citando Cribier e Dieleman, refere que a Terceira Idade é representada cada vez mais pela boa condição física, pelos bons rendimentos, pela manutenção do núcleo familiar e pela atitude positiva. Por outro lado a Quarta Idade é marcada pela doença, pela solidão e por uma menor mobilidade.

Em Maio de 2007 realizou-se o *I Congresso Internacional sobre o Envelhecimento e Qualidade de Vida*, em que António Fonseca, professor da Universidade Católica Portuguesa e investigador na Universidade do Porto, efectuou uma intervenção designada “ *Envelhecimento e Qualidade de Vida em Portugal: algumas evidências e inquietações* ”, onde abordou os conceitos supraditos, estabelecendo também ele uma realidade consideravelmente oposta dos mesmos.

Citando Baltes e Smith refere alguns factores relevantes representativos da Terceira Idade:

- Aumento da expectativa de vida;
- Elevado potencial de manutenção da boa forma física e mental;
- Reservas cognitivas e emocionais;
- Níveis elevados de bem-estar pessoal;
- Estratégias eficazes de gestão de ganhos e perdas.

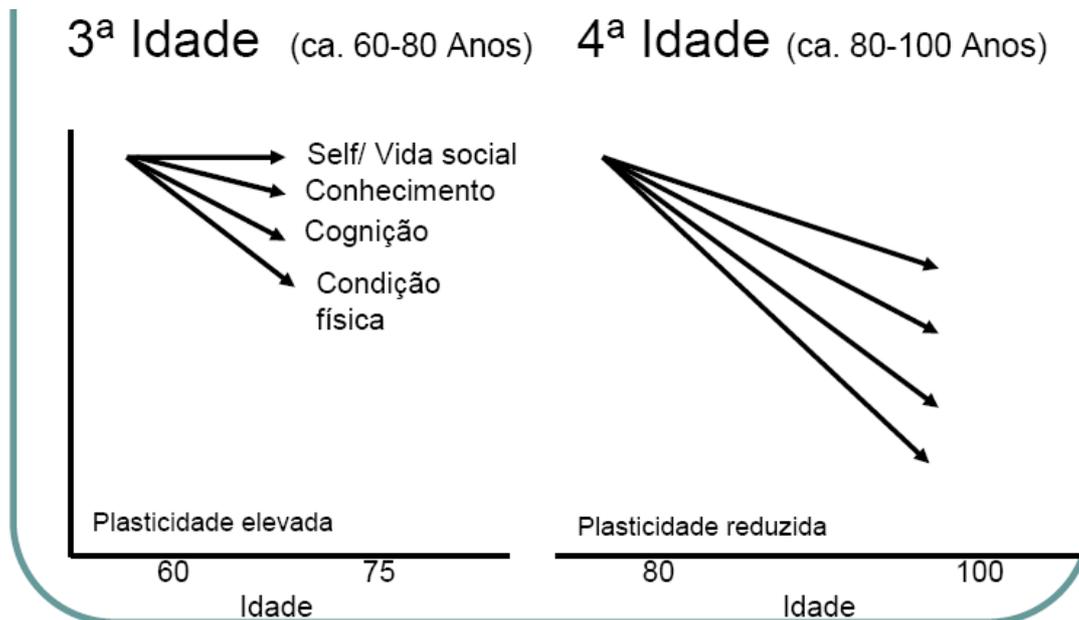
No que concerne à Quarta Idade o mesmo interveniente baseando-se nos mesmos autores, caracterizou-a enunciando factores totalmente adversos à primeira:

- Perdas consideráveis no potencial cognitivo;
- Reduzida capacidade de aprendizagem;
- Aumento de sintomas de stress crónico;
- Considerável permanência de demências;

- Níveis elevados de fragilidade, disfuncionalidade e multimorbilidade.

Para uma melhor compreensão destas duas realidades díspares, o professor António Manuel Fonseca, optou pela utilização de uma representação gráfica, baseando-se no modelo concebido por Baltes.

Figura 6 – Da Terceira à Quarta Idade: do envelhecimento diferencial à diminuição da variabilidade inter-individual



Fonte: (<http://www.socialgest.pt/dlds/APEnvelhecimentoequalidadedevida.pdf>)

Tecendo uma análise simplificada desta reprodução, verifica-se a desigualdade dos dois conceitos.

Relativamente à Terceira Idade, foi estabelecida uma barreira etária que abrange as faixas dos 60 aos 80 anos. É marcada pela ascensão da vida social, do conhecimento, da cognição e da condição física.

No que diz respeito à Quarta Idade, a barreira etária definida, abrange as faixas dos 80 aos 100 anos. Verifica-se por oposição à primeira, uma descensão das características mencionadas.

Carlos Ferreira (2004) enuncia que deste novo mosaico de realidades antagónicas resulta uma crescente dificuldade em eleger uma designação única para o conjunto, que seja simultaneamente representativa das suas características e que consiga reunir as diferentes tipologias de idosos.

O mesmo autor refere ainda que:

“Em consequência, não só desta aparente lacuna mas também das próprias dinâmicas demográficas, sociais e económicas, que permitem destringir sub-conjuntos, vão sendo elencadas outras terminologias que procuram ora adjectivar esta população numa tentativa de conseguir a maior abrangência possível (população idosa, seniores, reformados, mais de 55 anos), ora nomear realidades parcelares desse vasto conjunto (4ª idade, muito idosos, pensionistas)” (Ferreira, 2004: 53).

Após a abordagem destas duas faixas etárias, e embora estas sejam consideradas duas realidades desiguais, importa referir que são intrínsecos a ambas direitos fundamentais, que protegem os idosos.

Maria José Ferros Hespanha, autora do artigo *“Os direitos dos idosos: da retórica à realidade”*, apresentado no seminário *Envelhecer – Um direito em construção*, realizado a 1 e 2 de Fevereiro de 1999 no Centro Cultural de Belém mencionou que, quer a nossa legislação fundamental, quer as orientações dos governos, evidenciam uma preocupação considerável no que se refere à população idosa consagrando-lhes um conjunto bastante alargado de direitos.

Seguindo os princípios definidos pelas Nações Unidas para o idoso, através da resolução 46/91, aprovada na Assembleia das Nações Unidas em 1991, constata-se que os direitos dos idosos comportam vários factores, tais como:

Independência:

- Acesso à alimentação, água, moradia, vestuário, saúde, ter apoio familiar e comunitário;
- Oportunidade de trabalhar ou de ter acesso a outras formas de geração de renda, para além das reformas e das pensões;
- Determinar em que momento deverá afastar-se do mercado de trabalho e conseqüentemente da vida activa;

- Ter acesso à educação permanente e a programas de qualificação e requalificação profissional;
- Poder viver em ambientes seguros adaptáveis à sua preferência pessoal, que sejam passíveis de mudanças;
- Poder viver em sua casa pelo tempo que for viável.

Participação:

- Permanecer integrado na sociedade, participando activamente na formulação e implementação de políticas que afectam directamente o seu bem-estar e transmitir às gerações mais jovens conhecimentos e habilidades;
- Aproveitar as oportunidades para prestar serviços à comunidade, trabalhando como voluntário, de acordo com os seus interesses e capacidades;
- Poder formar movimentos ou associações de idosos.

Assistência:

- Beneficiar-se da assistência e protecção da família e da comunidade, de acordo com os valores culturais da sociedade;
- Ter acesso à assistência da saúde para manter o adquirir o bem-estar físico, mental e emocional, prevenindo-se da incidência de doenças;
- Ter acesso a meios apropriados de atenção institucional que lhe proporcionem protecção, reabilitação, estimulação mental e desenvolvimento social, num ambiente humano e seguro;
- Ter acesso a serviços sociais e jurídicos que lhe assegurem melhores níveis de autonomia, protecção e assistência;
- Desfrutar os direitos e liberdades fundamentais, quando residente em instituições que lhe proporcionem os cuidados necessários, respeitando-se a sua dignidade, crença e intimidade.

Dignidade:

- Poder viver com dignidade e segurança, sem ser objecto de exploração e maus tratos físicos ou mentais;
- Ser tratado com justiça, independentemente da idade, sexo, raça, etnia, deficiência, condições económicas ou outros factores.

Auto-realização:

- Aproveitar as oportunidades para total desenvolvimento das suas potencialidades;
- Ter acesso aos recursos educacionais, culturais, espirituais e de lazer da sociedade, como é o caso do acesso à prática de actividades turísticas, como forma de promover o envelhecimento activo

(http://www.gaf.pt/servicos/nucleodeatendimento/informacoes/maisinformacoes_apoio/pdf/principios_das_nacoes_unidas_para_o_idoso.pdf).

Também a Constituição da República Portuguesa (Artigo 72º) prevê a segurança económica, as condições de habitação e o convívio familiar e comunitário, que respeitem a autonomia pessoal do idoso, evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

Refere ainda que a política da Terceira Idade engloba medidas económicas, sociais e culturais que visam proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação activa na vida da comunidade.

3.8 – Turismo Sénior e Turismo Social

Ao longo das últimas décadas tem-se assistido a uma reconfiguração progressiva das principais linhas que caracterizam os lazeres turísticos das sociedades ocidentais.

O Turismo Sénior tem-se afirmado cada vez mais como uma componente de grande relevo e alcance estratégico, começando gradualmente a ser encarado como um mercado emergente, com um enorme potencial de valorização e com repercussões, que serão positivas para a economia e para o desenvolvimento dos destinos turísticos eleitos, por esta “nova” clientela.

Os autores Helena Pestana e João Gageiro no seu artigo *online* “*Turismo e Envelhecimento Demográfico: uma realidade de futuro*” (s/d) (www.apdemografia.pt/ficheiros_comunicacoes/1552971605.pdf) referem que actualmente se assiste a um aumento da competição, que está a forçar o sector turístico a procurar novos mercados para implementação dos seus produtos e verifica-se, que nenhum emergiu mais significativamente, nem se apresenta de forma tão promissora como o mercado sénior.

Os mesmos autores consideram que a maior riqueza por habitante e o aumento do tempo de vida das populações dos países desenvolvidos são apontados como os pilares deste segmento de turismo. Sendo que o aumento da esperança média de vida tem determinantes sócio-ambientais, que se constituem propiciadores de contextos benéficos à longevidade humana, se o turismo for um desses factores, contribuirá para um círculo virtuoso de interacção, que se prende com a auto-sustentação dessa longevidade e o desenvolvimento do turismo direccionado para as populações mais velhas.

Carmina Cavaco (2009) refere que quando se fala de Turismo Sénior está-se simplesmente a falar do conceito de turismo, ou seja, praticar uma actividade de lazer fora dos espaços habituais por mais de 24 horas e menos de um ano, o que permite ao individuo estabelecer uma relação com outro tempo e outro lugar. Fala-se igualmente de seniores, que no seguimento do que já foi referido, são um universo definido tendo como

base a idade, ou seja, uma idade pós-adulta. Esta “nova” idade pressupõe a tomada de novas atitudes perante a família e sobre determinados problemas específicos, como é o caso do envelhecimento biológico, doença, imobilidade, mas pressupõe também a pós-actividade, o fim do ciclo produtivo, a imposição de novas rotinas, etc.

Seguindo a mesma autora verifica-se que os seniores emergem como um público que dispõe de novos tempos livres, potencialmente de lazer e turismo, pois verifica-se a ausência de obrigatoriedades profissionais ou familiares, disponibilidade de meios facilitados pela atribuição de pensões de reforma, que muitas vezes se acumulam com outros rendimentos. Verifica-se uma maior abertura a consumismos baseados no prazer e a procura de novas experiências, pois os seniores apercebem-se que a sua vida parece estar a caminhar apressadamente para o final.

Com base em todos estes factores o fenómeno turístico assume uma clara importância, proporcionando um novo sentido para os seus dias.

Através da prática turística, os seniores evitam a retracção dos contactos sociais e dos espaços de vida, desenvolvendo desta forma novas redes de encontros, relações interpessoais e solidariedades.

Tendo como base a autora anteriormente referida, os seniores da actualidade beneficiam de relevantes mudanças sociais, que potenciam a sua condição de turistas. Destacam-se:

- Alteração das condições de vida ao nível familiar, que proporcionam uma maior liberdade e independência de gerações;
- A falta de obrigatoriedade para assumir determinadas responsabilidades ao nível familiar;
- A aquisição de autonomia por parte de mulheres, que sempre foram domésticas;
- A crescente ausência de responsabilidade, referente aos orçamentos familiares da segunda geração;
- Um decréscimo ao nível da preocupação com a poupança e investimento em patrimónios destinados aos herdeiros.

No seguimento do supramencionado, cada vez mais se regista um aumento de seniores nos fluxos turísticos tanto a nível doméstico como

internacional, embora se verifique que as taxas de partidas poderão diminuir, à medida que a idade aumenta o que irá penalizar as populações mais velhas.

Valoriza-se cada vez mais a prática turística, reconhece-se o acesso à cultura e à comunicação com os outros e reconhece-se também o direito de todos ao lazer, identificando o turismo como fenómeno de integração social.

Verifica-se uma democratização do turismo, embora perante a persistência de elevados níveis de pobreza e exclusão social, verificados também nas sociedades ocidentais mais desenvolvidas, que comportam sérias dificuldades de acesso ao turismo. Desta forma promovem-se programas de Turismo Social, que tornam possível a prática de actividades turísticas por parte da população imergente em escalões socioeconómicos inferiores, onde estão incluídos muitos seniores.

Carmina Cavaco (2009) refere ainda que tendo em conta as limitações económicas, que marcam a generalidade dos seniores portugueses, tem-se apostado gradualmente em programas de natureza predominantemente social, cujo sustentáculo é o Turismo Social, denominação esta que se constitui como uma tipologia de turismo, que tem como principal objectivo a igualdade de oportunidades, no que toca ao direito a férias, a ser turista, independentemente dos rendimentos familiares.

No âmbito desta tipologia de turismo são realizados programas direccionados para turistas, que nunca tenham usufruído de experiências turísticas anteriores.

Para muitos seniores estas viagens representam a primeira estada numa unidade hoteleira e o primeiro período de férias fora da sua residência habitual ou de casas de familiares e amigos. As viagens onde participam são sempre organizadas em grupo, o que proporciona uma sensação de acompanhamento e segurança. São viagens desenvolvidas num ambiente amigável e socializante, de convívio saudável, de partilha de memórias e também de projectos de futuro, que propiciam um aumento da auto-estima individual, conferem benefícios para a saúde física e mental e o bem-estar dos participantes idosos.

O Turismo Social proporciona aos turistas seniores evidentes regalias, na medida em que os seniores com níveis de rendimentos muito baixos, pagam preços também baixos, enquanto que os turistas pertencentes a escalões com rendimentos superiores, suportam preços mais próximos com os preços praticados no mercado.

Através deste sistema assiste-se a uma viabilização no acesso ao turismo, por parte de todos os segmentos de seniores, numa lógica de mistura e inclusão social.

3.9 – Perfil do turista sénior

À prática do turismo sénior está intrínseco um tipo de turista cujo perfil foi claramente influenciado pelas alterações demográficas, sociais e económicas, que se têm vindo a operar nas sociedades contemporâneas ocidentais.

Segundo Carlos Ferreira (2004) verifica-se em todo o processo da senioridade, uma combinação inequívoca entre factores endógenos (envelhecimento e comportamentos) e factores exógenos (situação social, familiar e económica), que modela formas, atitudes e expectativas relativamente à participação no processo turístico, que vão ao encontro de se proceder à autonomização de um perfil, que se constitua genérico para o segmento sénior, cujas características são completamente dissemelhantes de qualquer outro subgrupo da procura turística.

Indubitavelmente a idade assume-se como um critério de segmentação turística, registando-se disparidades entre indivíduos adultos e seniores, verificáveis em aspectos tão variados como, motivações, planeamento, custos de viagem, frequência de viagem, amplitude das deslocações, duração das estadas, qualidade do alojamento, recurso a agentes de viagens, etc.

O mesmo autor refere ainda que apesar de existir um conjunto de características que dão unicidade e coerência ao turismo sénior, verifica-se que a uma evidente homogeneidade externa, se contrapõe uma relativa heterogeneidade interna, onde se revelam vários perfis, que globalmente tornam este segmento uma realidade compósita que não é verificável no imediato.

Carminda Cavaco (2009) faz referência a dois perfis, distinguindo dois grupos de turistas seniores. Por um lado define os *Young Active Seniors*, definindo-os como adultos dentro da faixa etária dos 55 aos 64 anos, caracterizados por serem saudáveis e activos e por possuírem experiência ao nível turístico. São informados e exigentes relativamente à qualidade dos serviços prestados. Procuram uma gama de ofertas personalizadas e actividades sedentárias, que poderão atingir um valor mais elevado.

Por outro lado aborda os seniores com 65 ou mais anos. Neste grupo poucos são os seniores que desenvolvem actividades profissionais remuneradas, sendo caracterizados pela perda de rendimento após a reforma. Dispõem de tempo livre que lhes permite realizar férias mais longas em destinos mais distantes. São menos idosos em termos de idade psicológica, do que em idade biológica, preferindo férias caracterizadas pelo sedentarismo.

A mesma autora refere quatro subsegmentos que se constituem característicos da designação tão abrangente de turista sénior:

- O novo turista sénior: com mais instrução e mais activo. Tem férias fragmentadas, e opta por destinos turísticos mais variados.
- O turista sénior estereótipo: tem uma idade média mais elevada e possui uma menor autonomia e um menor nível de instrução e rendimentos mais baixos. Por norma realiza viagens na companhia de amigos e dá muita importância ao preço quando escolhe os destinos turísticos, aos quais facilmente se fideliza.
- Turista sénior endinheirado: reformado recentemente, possui uma enorme disponibilidade de tempo e de rendimentos. Não tem qualquer tipo de compromisso familiar e é caracterizado pela boa condição física.
- Por último é definido o Jovem sénior veraneante: que possui uma menor idade, cuja faixa etária abrange os 55 e os 64 anos. Por norma realiza férias durante o Verão e em família.

Os seniores deste segmento são maioritariamente activos e desfrutam de grande disponibilidade financeira.